

**A abertura política e os processos de patrimonialização em Belo Horizonte:
reflexões com base em uma trajetória de vida**

Leonardo Gonçalves FERREIRA*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar as políticas patrimoniais de Belo Horizonte, no período de redemocratização do Brasil, por meio do uso da trajetória de vida como recurso metodológico. Com base na trajetória profissional da diretora de um museu de Belo Horizonte¹, buscou-se compreender como se estruturam as políticas culturais da cidade. Em outras palavras, partindo-se da experiência profissional da diretora, tentou-se abarcar as estruturas que alicerçam as políticas patrimoniais da capital mineira. Assim, com a própria construção da narrativa, foi possível estabelecer uma relação direta entre abertura política e processos de patrimonialização.

Palavras-chave: Trajetória. Cultura. Patrimônio.

**Political openness and heritage processes in Belo Horizonte: reflections from a life
trajectory**

Abstract: The aim of this article is to analyze the heritage policies of Belo Horizonte, during the democratization period in Brazil, through the use of life trajectory as a methodological resource. Through the professional career of the director of a museum in Belo Horizonte it sought to understand how the cultural policies of the city are structured. In other words, starting out from the director's professional experience, it tried to cover up the structures that organize the heritage policies in the Minas Gerais capital. Thus, with its own construction of narrative, it was possible to establish a direct relationship between political opening and heritage processes.

Keywords: Trajectory. Culture. Heritage.

*Doutor em Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Instituto de Ciências Sociais – PUC Minas – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Campus Coração Eucarístico – Av. Itaú, 505, 3º andar, bairro Dom Cabral, CEP: 30535-012, Belo Horizonte, Minas Gerais – Brasil. E-mail: lgferreira81@yahoo.com.br

Algumas notas metodológicas introdutórias

As trajetórias de vida têm sido exploradas pelas Ciências Sociais, entre outras áreas, como um recurso metodológico apropriado para refletir sobre a realidade social. A análise de experiências pessoais representaria possibilidades analíticas dos arranjos das estruturas sociais.

No presente trabalho, pretende-se analisar, com base na trajetória profissional da diretora de um museu de Belo Horizonte, possíveis articulações entre abertura política e processos de patrimonialização na cidade. A análise dessa trajetória permitiu a compreensão de arranjos sociais referentes às políticas patrimoniais da capital mineira. Em outras palavras, propõe-se, por meio da construção narrativa de uma experiência profissional, discutir as condições sociais para possíveis articulações entre abertura política e processos de patrimonialização em Belo Horizonte.

No entanto, de acordo com Mattos (2004), uma experiência de vida não pode ser considerada “uma categoria que se auto-evidencia e se auto-define, expressando de maneira incontestável o que foi ou viveu o sujeito”. Para o autor, a experiência é “[...] algo construído, contado, narrado, negociado e dependente, portanto, da narrativa que a expressa.” (p. 58-59). Ainda segundo Mattos (2004), uma experiência de vida ao ser explicada, contextualizada, historicizada suscita a possibilidade de ser igualmente interpretada.

Outro ponto importante de ser apresentado, no contexto da presente discussão teórica, diz respeito à oposição entre a experiência de uma pessoa possuidora de uma conduta capaz de impor-se sobre as regras vigentes, alguém, portanto, capaz de fazer escolhas e, ao mesmo tempo, a inexistência de um indivíduo unificado, autônomo, detentor de um livre-arbítrio independente da estrutura social na qual está inserido (MATTOS, 2004).

Ao admitir o indivíduo como estando indissociavelmente ligado a uma rede de relações sociais e, mais do que isto, como algo impossível de ser concebido fora desta ou mesmo como ponto de partida para o seu entendimento, mas ao mesmo tempo possuidor de uma certa margem de escolha individual, nos afastamos da tão discutida dicotomia indivíduo-sociedade. (MATTOS, 2004, p. 64).

Para o autor, não se encontra na relação indivíduo-sociedade uma antítese, mas, ao contrário, duas entidades conceitualmente dependentes porque complementares, uma vez que suas existências dependem uma da outra. Aceitar tais pressupostos nos afasta dos riscos daquilo que Bourdieu (1996) chamou de “Ilusão Biográfica”, isto é, “[...] a crença na

existência de um sentido único na vida de um personagem, evidenciado na própria narrativa, seja ela biográfica ou auto-biográfica.” (MATTOS, 2004, p. 64). Apesar de estar imerso em uma rede de relações sociais, da qual não pode simplesmente se livrar, o indivíduo é capaz de fazer escolhas, optar por diferentes caminhos no decorrer de sua trajetória. A narrativa não se constitui autenticamente como um destino. Pensar deste modo seria incorrer no risco de tomar como certo o excesso de sentido e coerência inerentes a qualquer trajetória. (MATTOS, 2004).

Martinez (2004) acrescenta que somente historicizando e analisando as categorias por meio das quais as pessoas pensam e falam sobre si é possível refletirmos sobre conceito de experiência. A experiência deve ser entendida como categoria coletiva, uma vez que se firma com base em discursos compartilhados e, ao mesmo tempo, individual, já que é apropriada pelos sujeitos de acordo com suas trajetórias. Esta visão historicista da experiência é extremamente válida. Ela permite situar o discurso dos sujeitos numa ordem cultural e social que impede que a análise biográfica recaia em um discurso autônomo do eu. Assim, a experiência está centrada em disposições prévias existentes em um campo de ação que vão ao encontro de uma compreensão do sujeito, que é simultaneamente individual e coletiva.

Há que se distinguir também dois conceitos específicos quando se analisa uma história de vida. O primeiro é o que o sujeito oferece como sendo sua história de vida, isto é, o que é contado literalmente, a expressão de sua experiência, que envolve reflexões e interpretações e que é contada a respeito daquilo que é vivido. No segundo conceito, deve-se atentar para outras características das histórias de vida. Trata-se de uma construção feita em dois momentos específicos: no encontro entre o pesquisador e o informante e na transformação de uma produção oral em uma produção escrita. Assim, ela pode ser considerada duplamente interpretativa (MARTINEZ, 2004).

As Ciências Sociais consideram as trajetórias pessoais significativas para a formação de teorias sociais. O significado das informações provenientes das abordagens que utilizam trajetórias de vida atesta os aspectos epistêmicos e metodológicos da abordagem biográfica. Para Cont (2004), é possível verificar que existe conteúdo relevante para as Ciências Humanas e Sociais nas experiências de vida. Não obstante, segundo o autor, observa-se um embate que parece estar frequentemente orientado mais para questões metodológicas do que efetivamente para questões epistemológicas.

Significando com isso, não somente se podemos, nas várias modalidades de tratamento da singularidade, perceber um método de pesquisa, mas antes de qualquer coisa se temos condições de reconhecer nos vários procedimentos – autobiografias, confissões, biografias, história de vida,

trajetórias, diários, etc. – uma fonte minimamente segura que possibilite ultrapassar os contornos de uma existência singularizada e dizer algo intersubjetivamente válido sobre condições gerais, seja o que for que se pretenda observar ou compreender: relações econômicas, sociais, políticas, históricas, grupos, redes, tendências, etc. (CONT, 2004, p. 285).

Assim, quando se leva em consideração a relevância da abordagem das trajetórias para as Ciências Sociais, “[...] parece ser recorrente a questão sobre quais os procedimentos que nos possibilitariam relacionar, distinguir e até encontrar um requisito mínimo de controle das variáveis presentes nas narrativas.” (CONT, 2004, p. 285). Para o autor, parece ser prudente atentar para critérios mínimos de validade quanto à análise da abordagem biográfica. Com isso, ele não quer dizer que a subjetividade deva ser alijada de qualquer procedimento que pretenda alcançar um grau mínimo de validade científica. Objetividade e subjetividade não devem se autoexcluir. A consideração de ambas, segundo o autor, não depõe contra os esforços objetivos do exercício científico.

Ainda para Cont (2004), o relato de vida, enquanto ferramenta de pesquisa, coloca para o pesquisador em Ciências Sociais duas condições existenciais que se inter-relacionam

[...] com suas expectativas, trajetórias, preocupações e significados, as pessoas ali envolvidas reconstroem um mundo novo de sentidos, onde a totalidade das condições macro-sociais é reinterpretada através da singularidade da trajetória que está sendo revelada por intermédio de um relato biográfico. (CONT, 2004, p. 290).

Segundo o autor, este pode ser avaliado como um dos principais pontos da consideração metodológica das biografias. A outra condição existencial, referente à natureza metodológica dos relatos biográficos, diz respeito à necessidade de compreender que o relato do biografado, apesar de descortinar um novo universo de significados para a sociedade e para a cultura em que está inserido, pode apresentar uma leitura enviesada por ideias que foram incorporadas ao longo de sua trajetória de vida. De acordo com Cont (2004), o mesmo indivíduo pode apresentar entendimentos diferentes dos mesmos eventos relatados quando em situações e momentos distintos.

Após essas considerações, sobre a trajetória de vida como método de pesquisa, que será retomada ao longo do trabalho, é necessário, nesse momento, lançar um olhar sobre a trajetória profissional da diretora do museu. A trajetória analisada apresentou-se como um objeto de pesquisa particularmente relevante para se compreender a relação que o presente trabalho propõe. Tentar entender os nexos entre sua experiência particular e as possíveis relações históricas que associem a abertura política e os processos de patrimonialização, de

uma maneira geral, em Belo Horizonte. No entanto, antes é importante reportar os contatos preliminares e as condições de realização das entrevistas.

As entrevistas

Foram realizadas duas entrevistas, de aproximadamente uma hora cada, com a diretora do museu. Os encontros ocorreram em sua própria sala, localizada no próprio museu. A primeira entrevista aconteceu no dia 19 de novembro de 2012 e a segunda no dia 18 de fevereiro de 2013. Ainda que bastante atarefada com seus compromissos, situação recorrentemente enfatizada por ela, não considero que isso tenha representado percalços para nossos encontros. Acredito que isso se deva ao fato deste trabalho estar relacionado com uma proposta de pesquisa, ainda a ser desenvolvida, sobre museus. A pesquisa demonstra ser especialmente significativa para a diretora, o que, por sua vez, resultou em considerável empatia e disponibilidade para com estas entrevistas.

Inicialmente, o recorte temático da primeira entrevista estava relacionado com o campo da cultura em Belo Horizonte e suas políticas públicas. Em outras palavras, por intermédio da trajetória de vida da diretora do museu, de um modo específico, visava-se compreender o campo cultural da cidade, de uma maneira mais ampla. Para tanto, buscou-se constituir sua trajetória de vida, no campo da cultura em Belo Horizonte, por meio de seu percurso profissional: desde seus primeiros passos pela área cultural na cidade até o momento presente, em que ocupa a diretoria do museu.

Na segunda entrevista, por sua vez, o recorte temático precisou de uma ligeira adaptação em virtude dos dados que surgiram no primeiro contato. A primeira entrevista demonstrou-se relativamente suficiente para, de início, localizar a diretora do museu e delinear algumas questões específicas. Questões estas que deram um tom mais claro ao recorte temático da segunda entrevista. Depois da sistematização dos dados inicialmente coletados, foi possível estabelecer, pelos relatos que constituíram a trajetória, nexos de associação entre a abertura política e os processos de patrimonialização em Belo Horizonte. E é exatamente este foco que conduz a entrevista do segundo encontro.

Não obstante, é indispensável, nesse momento, refletir sobre algumas questões relacionadas à interpretação da trajetória, apresentada adiante, enquanto uma narrativa que foi construída. A maneira como a trajetória foi a seguir escrita reflete, por si mesma, os processos de contextualização interpretativa. A despeito de sua coerência, de seu excesso de sentido e de sua progressão cronológica, estas não são características diretamente oriundas da trajetória oralmente relatada. Ao contrário, foram parte do processo de

interpretação, organização e contextualização, no qual escolhas se fizeram presentes, no momento em que a trajetória foi escrita por mim.

Com isso, não quero dizer que esse processo de construção não esteve presente durante as entrevistas. Não apenas a interpretação da entrevistada ao construir sua trajetória, em que escolhas também se fizeram presentes, mas, da mesma forma, são imperativos as intervenções e os redirecionamentos, realizados por mim, enquanto pesquisador, necessários aos objetivos pragmáticos do exercício desenvolvido. Por esse motivo a trajetória é considerada uma construção de dupla interpretação. Não se restringe à expressão interpretativa de uma experiência, direcionada por um interlocutor, mas é também reinterpretada ao ser transposta da produção oral para a escrita. Assim, se, em princípio, a trajetória a seguir parece ser coerente em demasia, como se constituísse autenticamente um destino (Bourdieu, 1996) foi exatamente pelo fato de ter sido contextualizada e interpretada e não apenas apresentada da forma como supostamente poderia ter sido relatada.

As trajetórias

A diretora do museu graduou-se em História, modalidade licenciatura, em 1975, no interior de Minas Gerais. Transferiu residência para Belo Horizonte onde permaneceu, por aproximadamente quatro anos, desempregada. Posteriormente, foi aprovada no concurso da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) para lecionar na rede municipal de ensino. Essa entrada no mercado de trabalho possibilitou-lhe estabelecer algumas pontes que a levaram a atuar, paralelamente, durante 21 anos em um tradicional colégio particular da cidade, até se aposentar.

Apesar de sua formação para sala de aula como professora de História, sua formação inicial, surge o caminho da cultura e do tratamento de patrimônio, que era completamente desconhecido para ela. Paralelamente à sua carreira de professora, que ela nunca abandonou, a diretora participou de uma pesquisa sobre a trajetória de vida de um importante político mineiro. Uma professora, conhecida sua, na época, era quem coordenava esta pesquisa. Além de desenvolver entrevistas para esta pesquisa, utilizando métodos de pesquisa com fontes orais, a professora precisava de uma equipe para realizar a pesquisa documental sobre a trajetória de vida do político. Assim, a diretora foi convidada para trabalhar nesta equipe de pesquisa que fez uso, durante meses, do arquivo do Estado.

A diretora relatou que era conterrânea da professora. Ambas são da mesma cidade do interior de Minas Gerais, e se graduaram no curso de História na mesma universidade. Elas já se conheciam apesar da segunda ter se formado um ano antes, em 1974. Foi pelo

fato de já se conhecerem que a professora a convidou para participar da pesquisa sobre a trajetória de vida do político.

Essa pesquisa se desenvolveu por volta de 1983. Como mencionado anteriormente, ela havia chegado a Belo Horizonte e precisava de trabalho. Estava recomeçando a vida na cidade e, assim, surgiu essa oportunidade. Graças a essa pesquisa, à sua dedicação ao trabalho e aos bons resultados, a professora novamente a convidou para trabalhar em outro projeto relacionado ao político mineiro. O novo trabalho consistia na organização do arquivo privado do mesmo político. Posteriormente, este arquivo se transformou em um memorial localizado no interior mineiro. De acordo com a diretora, inicialmente, havia um projeto do arquivo do político, enquanto centro de memória, permanecer em Belo Horizonte, sob a coordenação da professora. Era uma tentativa de se criar um CPDOC, como os do Rio de Janeiro, na capital mineira.

Na sua avaliação, esse arquivo compreendia um momento politicamente muito rico em razão da redemocratização do país e da campanha para presidência no Brasil. O acervo do arquivo privado do político foi concebido para ser implantado em Belo Horizonte, como centro documental. Com sua morte, o escritório fecha, entretanto, mantém-se o memorial no interior de Minas Gerais. A família do político opta por enviar o acervo documental do presidente para o CPDOC no Rio de Janeiro. Lá estão acervos pessoais e arquivos privados de outros políticos, como, por exemplo, de Juscelino Kubitschek.

Hoje o memorial, localizado em uma cidade do interior de Minas Gerais, se ocupa da trajetória pessoal do político por meio de objetos pessoais, como um museu, e o acervo documental de seu arquivo privado está no Rio de Janeiro. A diretora não se lembra do financiamento deste segundo projeto. Ela se recorda vagamente de um programa federal, quando houve uma divisão do tratamento da memória no país, mas com poucos detalhes. Ela reafirma que naquela época era jovem, estava começando sua carreira. Não tinha acesso a questões administrativas ou burocráticas, pois, seu cargo era de técnica e trabalhava apenas na organização dos acervos. Assim, em face da experiência da diretora com organização de documentos de um importante político, ela é chamada para trabalhar em um recém-criado arquivo da cidade.

Esse arquivo foi idealizado por outra professora, em 1992. A professora precisava de uma equipe para iniciar o tratamento de alguns documentos de Belo Horizonte. Sabendo da experiência da diretora, a professora a convida para trabalhar no arquivo. A primeira frente de trabalho era organizar o arquivo permanente do município. Diante do convite da professora, a diretora despertou seu interesse por organização de arquivos. Foram dois anos de aprofundamento intelectual. A professora já havia trabalhado em arquivos importantes do país, então, tinha experiência. Além disso, a diretora considera que a

professora foi sua grande formadora por meio de sua dedicação ao trabalho e indicação de leituras para produção de resenhas.

O trabalho no arquivo era de construção do próprio arquivo. Para organizar os documentos da cidade foi necessário criar o que se chama de “fundos”: definições de onde surgiram aquelas documentações, de quais secretarias, quais os tipos de documentos (fotografias, ofícios, cartas). Foi necessário criar um universo de tipologias de documentos para organizar. A diretora trabalhou em alguns conjuntos documentais, como os que se referiam à criação da barragem da Pampulha. Mas antes disso, organizou alguns documentos da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC). Assim, além da leitura teórica, a prática também estava sendo configurada em seu trabalho no arquivo.

No início dos anos 1990, a diretora é convidada a trabalhar na implantação do arquivo, onde permaneceu por aproximadamente dois anos. No entanto, ela começa a ter problema de horário porque, paralelamente ao trabalho no arquivo, continuava dando aulas. Sua profissão era de professora da rede municipal de ensino e, paralelamente, conseguiu se estabelecer também na rede particular. A professora gostaria que a diretora assumisse um cargo no arquivo, mas precisaria ficar o dia inteiro. Impossibilitada, em virtude das aulas que lecionava no colégio particular, ficou difícil conciliar o trabalho no arquivo e na escola. Foi nesse momento que surgiu a possibilidade de trabalho no museu.

Em 1993, a diretora chega ao museu em razão da experiência que teve no arquivo. Naquele momento, estavam iniciando o processo de revitalização do museu. O museu funcionava inteiramente em um antigo edifício e não tinha reserva técnica. De acordo com a ela, os objetos estavam largados, estragados e sujos nos cômodos debaixo do casarão. Assim, formou-se uma equipe para trabalhar com o acervo do museu. O museu precisava conhecer seu acervo e ela foi, inicialmente, trabalhar na organização dos objetos. Depois de aproximadamente um ano e meio, a diretora começou a lidar com os documentos textuais cujo suporte é de papel.

A diretora confere a alguns fatos sua chegada ao museu: Ela não é de Belo Horizonte. Inicialmente encontrou muita dificuldade para conseguir trabalho. Por isso, fez concurso para lecionar na rede municipal de ensino da PBH, porque ela não conhecia as pessoas. Entrar em um colégio particular, por exemplo, era muito difícil. Era necessário conhecer os profissionais para se ter uma indicação, pois não havia seleção de professores como atualmente. Dessa forma, ela encontrou muita dificuldade em iniciar sua vida profissional no magistério. Às vezes, ela substituíam um professor, mas era um grupo muito fechado. Por isso, ela não quis deixar a sala de aula. Ela lutou muito para conseguir se estabelecer e teve que conciliar as aulas com o trabalho de organização de documentos históricos.

À medida que foi conhecendo os professores da cidade, as pessoas que trabalhavam com acervo e depois que trabalhou no arquivo, ela pôde estabelecer relações com profissionais que atuavam com o trabalho patrimonial. Quando teve problemas de horários no arquivo, sua ida para o museu foi possível porque pôde conciliá-los.

Há vinte anos, quando a diretora ingressou no museu, não havia cargo de historiador na instituição. Contudo, havia uma convenção para se trabalhar no museu: ser formado em história. Quando ela entrou no museu, relembra que havia três professoras de história da rede municipal trabalhando lá. Então, o fato de ela ser professora de história, servidora da rede municipal e, ao mesmo tempo, ter experiência com acervo possibilitou sua entrada no museu. Dessa forma, pôde conciliar seus trabalhos: era servidora municipal, por isso, podia trabalhar no museu, e ainda continuava dando aula na rede particular.

A Prefeitura de Belo Horizonte geria o processo de revitalização do museu. O momento, de acordo com ela, era muito propício: redemocratização do país e volta da eleição direta para prefeito na cidade (1993). Havia todo um movimento de se repensar Belo Horizonte, que brevemente seria centenária (1997). Então, o contexto de revitalização do museu estava no âmbito desse processo. Era um esforço e um desejo da PBH de refazer e revitalizar o museu que estava abandonado. Assim, a diretora afirma que chegou ao museu em um momento muito rico, onde encontrou uma equipe muito devotada ao trabalho. Relata que foi muito bem recebida pela então diretora do museu e sua assistente. Ambas foram fundamentais para a sua trajetória no museu. A diretora, então, entrou no museu para trabalhar com o acervo que estava bastante deteriorado. Seu primeiro trabalho foi organizar o acervo tridimensional do museu, fazer a descrição dos objetos, voltar na sua primeira documentação feita em 1943. O objetivo era desvendar como os objetos entraram no museu.

Dessa vez, foi mais um mergulho em outra instituição. A diretora relembra que a equipe era muito devotada e apaixonada pelo momento do museu. No entanto, foi um período de muita transformação e, por isso, muito trabalho. Fechou-se o antigo edifício para sua restauração, foi necessário levar o acervo para a Secretaria de Municipal de Cultura. Depois, esse acervo foi levado para outro espaço, para então retornar. O museu não contava com uma sede. De acordo com ela, foi por meio de muito esforço que se construiu o novo prédio, inaugurado em 1998 com uma emblemática exposição. É nessa época que surge também a associação de amigos do museu.

A diretora retoma sua trajetória no museu: originalmente ela trabalhava como técnica do museu, cujo trabalho era de organização, conservação e acesso ao público. Depois, em 1994, liberaram-na para trabalhar com a documentação com suporte de papel. Seu trabalho

com o acervo documental era voltado para a organização, arranjo, criação de instrumentos de busca e coordenação do arranjo para esses documentos.

Para ela, alguns fatores explicam sua chegada à direção do museu. Primeiro, sua dedicação a um trabalho bem feito de dar acesso à população aos bens culturais da cidade. Seu trabalho de organização de vários arquivos, como o arquivo privado do idealizador do museu e os documentos da CCNC, por exemplo. Suas atividades consistiam na organização desses documentos, na criação de um arranjo para ordenar os instrumentos de pesquisa e busca e da forma do público ter acesso. Fomentar a melhor forma de organizar, arranjar e ordenar essa documentação com suporte de papel.

Além disso, o trabalho no museu deu origem à sua dissertação de Mestrado, defendida em 2008. Por intermédio de seu trabalho diário, ela descobriu o objeto de pesquisa de sua dissertação. Assim, mesmo com as atribuições do trabalho e da família, teve a oportunidade de desenvolver seu projeto de pesquisa em uma universidade da cidade, em 2006.

Até 2008, ela permaneceu organizando a documentação textual do museu. Nesse mesmo ano, defendeu sua dissertação de Mestrado e fez a curadoria de sua primeira exposição sobre a história do antigo edifício. O trabalho do curador consiste na escolha de um tema e dos objetos para uma mostra por meio de uma unidade narrativa. Na verdade, ela sempre ajudou na seleção do acervo documental para as exposições. Sempre teve a oportunidade de dialogar. A diretora também coordenou a publicação de alguns álbuns do museu.

Em 2003, na comemoração de 60 anos do museu, ela escreveu um artigo, contendo uma reflexão teórica sobre o museu. Nesse artigo, abordou a atuação de alguns diretores do museu que foram importantes, mas que estavam obscurecidos. Assim, pôde conciliar o trabalho técnico com o de reflexão teórica sobre a formação do acervo do museu. No ano de 2008 assume uma nova diretora do museu que a convidou para fazer sua assessoria. Dessa maneira, a professora sai do trabalho técnico e faz a assessoria da nova diretora durante os oito meses de seu mandato. Depois, entra um novo diretor, que pede a ela para continuar na assessoria, em razão de seu conhecimento técnico e de sua reflexão teórica. Quando o último diretor sai, ele solicita que ela mesma assuma a direção do museu. Em virtude da sua trajetória, a diretora permaneceu na direção do museu.

Inicialmente assustada, ela aceita o desafio. A diretora afirma que sempre atuou como técnica no museu e que nunca havia pensado na possibilidade de ser indicada para a diretoria da instituição, por causa das demandas políticas que sempre existem. Entretanto, ela foi bem acolhida e disse que o sucesso do museu, desde 1993, é o trabalho

desenvolvido pela equipe em que se preza o diálogo. Segundo ela, dizer das dificuldades e das satisfações é o que facilita o envolvimento com o trabalho e os desafios.

Na visão da diretora, se é muito jovem quando se tem que escolher uma profissão. De acordo com ela, milagre é se essa escolha se torna orgânica. Quando se cria gosto pelo que se faz, pode dar certo. O trabalho diário deve ser devotado na crença de que é importante para a sociedade. Para ela, sorte, ao longo da trajetória, é fazer o que se gosta, o que se acredita, o que “bate” no interior e leva a vida. Em sua opinião, é necessário abraçar o trabalho com paixão, mas sem ser cego. Por fim, a diretora se diz apaixonada pelo museu e pelo trabalho desenvolvido que, ao mesmo tempo, é bonito e desafiador.

Alguns apontamentos teóricos sobre o processo narrativo

Depois da descrição da trajetória de vida da diretora do museu, é possível pontuar algumas questões. Primeiramente, é importante mencionar novamente que a trajetória acima foi cronologicamente organizada por mim. Quando a diretora, por meio da entrevista, foi constituindo sua trajetória profissional, sua narrativa apresentou-se de maneira aleatória. Ela misturava eventos, ia e vinha no tempo, lembrava e retomava situações passadas mesmo quando já se estava em um momento temporalmente mais avançado. Este fato remete a duas questões. O processo narrativo se compõe pelo que é e pelo que não é narrado. O que é ou não lembrado na trajetória de um indivíduo, durante a construção de sua experiência por meio da narração de uma trajetória, constitui os jogos e os embates, a partir dos quais é construída uma memória (MATTOS, 2004). Em outras palavras, a narrativa é construída e negociada, por isso precisa ser interpretada, uma vez que “[...] sendo por si mesma uma interpretação, experiência é ao mesmo tempo algo que precisa de interpretação.” (MATTOS, 2004, p. 59).

A outra questão se refere a uma segunda construção, a qual cabe ao pesquisador. Qual seja: organizar e transformar o discurso que nasce oralmente em uma produção escrita. Segundo Martinez (2004), aqui também escolhas, recortes e omissões perfazem o trabalho de reinterpretação realizado, desta vez, pelo pesquisador. Isso também vale para o momento da entrevista. O pesquisador direciona a narrativa que vai sendo construída por intermédio de perguntas e de interjeições. Esse direcionamento pode, de alguma forma, constituir os embates de expectativas intersubjetivas entre os dois sujeitos e determinar a constituição daquela experiência que se constrói por meio da narrativa sobre a trajetória de vida.

Por esse motivo, entre outros, Cont (2004) pontua de maneira tão veemente as questões metodológicas relacionadas à trajetória de vida como método de pesquisa.

Quando, para qualquer propósito, se refere a contextos sociais, ou a algo que possa ser analiticamente descrito enquanto um conjunto de dados intersubjetivamente concebidos como formadores de fenômenos sociais, está se referindo a seres humanos, com vidas que se entrecruzam mediante condições mais gerais, mas que, no entanto, possuem trajetórias, as mais variadas, que escapam aos rigores dos enquadramentos teóricos (CONT, 2004). Assim, para o autor, o rigor com relação ao estabelecimento de instrumentos de pesquisa e registro e o impacto que eles possam exercer sobre o resultado final deveriam ser mais considerados quando se envolve o debate metodológico da abordagem biográfica.

Para Cont (2004), a abordagem biográfica é uma rica fonte de conhecimento sobre o ser humano, tanto com relação à subjetividade quanto com relação aos elementos formadores de estruturas ou redes intersubjetivas, em ambientes concomitantemente concretos e dinâmicos. Isso significa que a abordagem biográfica, ao focar na análise de trajetórias pessoais, tem que dar conta de um ser concebido como relacional. Segundo o autor, a construção de uma narrativa pode chegar a ser o retrato de uma existência. No entanto, é uma existência socialmente dada, em um momento sociopolítico-econômico, à luz de um conjunto de relações catalisadas por um ser em particular. Mas ainda é uma aproximação (CONT, 2004).

Por outro lado, procurar desvendar a trajetória de alguém com o intuito de encontrar o ser verdadeiro, circunscrevendo-o através de uma série de acontecimentos sócio-históricos, remete-nos a um outro extremo, a ponto de nos afastarmos do que poderia ser uma existência concreta, para produzirmos um ser que se dá através meramente do conjunto de dados selecionados para a compreensão, explicação ou análise de uma dada circunstância sócio-histórica. (CONT, 2004, p. 289).

É em função disso que se torna importante a reflexão da relação entre o indivíduo e a sociedade. Contextualizar historicamente uma trajetória de vida é mais do que contribuir para sua interpretação. É perceber as nuances de uma estrutura que se revelam no discurso de elementos específicos que compõem uma trajetória de vida. As trajetórias de vida podem revelar aspectos da relação entre “sujeito e sociedade (campo social), subjetividade e objetividade (intersubjetividade), representações sociais e representações do ‘eu’ (narrativas)”. (Mendes, 2004, p. 240). Dessa forma, o método biográfico pode ser considerado uma parte importante das pesquisas etnográficas porque revela os interstícios sociais que não se verificam, de pronto, no âmbito da estrutura.

A “retomada da história em nossas mãos”

Alguns dados produzidos na primeira entrevista me pareceram bastante intrigantes. A trajetória de vida relatada pela diretora do museu demonstra que sua atuação em instituições relacionadas com patrimônio e memória não se deve a uma simples questão de afinidade. Não se verifica, em sua narrativa, um profissional que apenas foi trabalhar em um arquivo e em um museu. A diretora foi trabalhar em um arquivo que estava nascendo naquele momento e em um museu que estava passando por um intenso e profundo processo de revitalização. E mais do que isso: não me parece que a pesquisa sobre a trajetória do político mineiro e o projeto de organização de seu acervo particular também sejam eventos incidentais e fortuitos, levando-nos a crer que o fato de todas estas ações acontecerem em um mesmo período histórico não seja mais do que pura coincidência.

A diretora também dá outros indícios de que naquele contexto havia um movimento em torno de questões relacionadas com o patrimônio e a memória que extrapolavam as fronteiras regionais e alcançavam limites em âmbito nacional. Como é o caso do programa federal em que, de acordo com ela, há uma nova divisão do tratamento de memória no país. De maneira incipiente, a diretora chegou a pontuar eventos que poderiam indicar algumas possibilidades de compreensão deste momento, não apenas em Belo Horizonte, como no Brasil. Ela cita, por exemplo, a redemocratização e a abertura política do país, a primeira eleição direta para prefeito em Belo Horizonte e a proximidade do centenário da cidade, em 1997.

Atentando para esses pontos, a entrevista do segundo encontro foi marcada pela seguinte questão: a implantação de um recém-criado arquivo na cidade e o processo de revitalização do museu, assim como a pesquisa sobre a trajetória do político mineiro e o projeto de organização de seu arquivo particular, e a concepção do programa federal de tratamento da memória são eventos isolados e ocasionais, sem relação entre si, ou observa-se, naquela ocasião, um momento favorável para se repensar a questão do patrimônio e da memória, não apenas em Belo Horizonte, como também no Brasil?

Como mencionado antes, ao contextualizar historicamente uma trajetória de vida, o processo de interpretação desvela nuances de estruturas sociais que estão presentes em elementos discursivos específicos (MENDES, 2004). No caso do presente trabalho, a trajetória da diretora revelou aspectos importantes do campo social em que ela atuava. Por meio do relato de sua experiência, foi possível perceber que a contextualização histórica seria imprescindível para compreender os processos sociais que subsidiaram sua trajetória profissional. Em outras palavras, o contexto histórico – a abertura política e o processo de

redemocratização – está diretamente relacionado com as posteriores transformações nas políticas voltadas para o patrimônio e a memória.

A diretora relata que de fato, é um momento rico no Brasil. Um momento de grandes mudanças e ações dentro da cidade de Belo Horizonte e, também, no país. Segundo ela, para se compreender todo esse movimento, é importante analisar o momento político. É o que a diretora chama de “retomada da história em nossas mãos”. Todas as ações mencionadas representam uma retomada da construção da história “em nossas mãos”. De acordo com ela, durante a ditadura havia uma grande escassez da construção da memória. E, segundo ela, quando se fala em história, se fala em memória também. Não é possível dissociar. Assim, em sua visão, a melhor maneira de se compreender toda a riqueza deste movimento é analisar e refletir sobre a abertura política no país. Para ela, o contexto político favoreceu a revitalização do museu e a consequente retomada da construção da memória.

Essa abertura política que vai possibilitar a retomada da história, da construção da história e consequentemente da memória. Quando o museu foi revitalizado, em 1993, foi o momento de uma euforia, de uma vontade muito grande, porque estávamos elegendo um novo Prefeito por vias democráticas. (MAGALHÃES, 2013).

De acordo com a diretora, Belo Horizonte, em virtude deste processo de redemocratização do país, encontra facilidade de diálogo com outros países nesse momento. O Brasil começa a se abrir para o mundo, de acordo com seu relato.

No caso do [arquivo], em 1992 foi dada inclusive a possibilidade de conhecer como era o tratamento dos arquivos e da memória na Espanha. É um momento também de diálogo com o exterior. Brasileiros saíam daqui e iam até a Espanha, em Congressos, em Seminários. Tinham incentivo, bolsa para isso. Foi um momento de uma efervescência sim, das vias democráticas. E a memória também é assim. Ela passa, com uma ênfase muito grande nesse momento, por essa abertura política. (MAGALHÃES, 2013).

Com relação às políticas de patrimonialização, a diretora menciona a preocupação do arquivo com o patrimônio, mas, além disso, havia também um grande desejo, na época em que o arquivo foi criado, relacionado à questão administrativa: a forma de se administrar a produção de papéis e de documentos.

Então, além da questão da memória, em 1992, quando [o arquivo] foi criado, tinha toda essa questão do que a gente chama hoje de gestão de documentos. Então para além, até para se ter um bom patrimônio, uma boa memória, tem que se cuidar da gestão destes documentos. Então, o [arquivo] foi criado também no âmbito desta questão: de “gestionar” os

documentos públicos, para que eles não se percam, para preservar também a memória. (MAGALHÃES, 2013).

No entanto, segundo a diretora, essa questão do patrimônio é anterior a esse momento. Está ligada à política de Getúlio Vargas, nos anos de 1930, e à corrente modernista que então se cria no Brasil. Para ela, os modernistas, naquela época, estavam preocupados em encontrar as origens da história nacional. Assim, em seu entendimento, essa questão do patrimônio, da história, e do patrimônio nacional, é anterior. É nos anos 1930, que se terá, por exemplo, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Numa primeira análise, para ela, nos anos 1970/1980 vai haver uma retomada dessa questão em razão da abertura política que vai de fato permitir que as pessoas tenham a história “em suas mãos”.

É anterior a questão do patrimônio nacional, que tem muito a ver com o SPHAN. A questão do patrimônio é anterior. Tem uma história interessante da visita dos modernistas a Belo Horizonte, aonde eles vão se encantar e o [museu] está no âmbito da visita dos modernistas. Eles passam por Belo Horizonte e vão para Ouro Preto, na busca dessa história, no autêntico nacional. Então, o museu tem toda uma ligação com essa vertente, dessa política nacionalista e modernista da década de 40. Então, a questão do patrimônio é anterior e nos anos 70/80 há uma retomada. A redemocratização é um momento rico que possibilita essa retomada da história. (MAGALHÃES, 2013).

Outro fator importante para se pensar todo esse movimento, com relação aos processos de patrimonialização e de memória em Belo Horizonte, além da abertura política, está no fato de que a cidade completaria dali a poucos anos, o seu centenário. Esse tema também marcou as discussões nas universidades. De acordo com a diretora, foi um momento de se pensar Belo Horizonte, de refletir sobre sua trajetória e procurar entender que cidade era aquela que estava completando 100 anos.

No início dos anos 90 havia um interesse muito grande de organizar Belo Horizonte para seu centenário. E organizar de uma forma efetiva, mas não só com eventos. Organizar as instituições que patrocinavam a memória. Então, aí vem o caso do museu, o caso do próprio arquivo. Há um movimento muito grande também na academia, com relação a esses estudos. Então, foi um momento de se pensar a cidade: que cidade é essa? Qual é o patrimônio que nós temos e que conta essa cidade? Essa perspectiva do centenário da cidade foi fundamental também para a revitalização do [museu]. Era um movimento que acontecia dentro do museu, mas também na academia. Alguns professores estiveram aqui conosco estabelecendo um diálogo muito rico, muito profundo no sentido de recuperar essa trajetória da cidade. A cidade centenária atuou de forma positiva para novamente se voltar para esse patrimônio que estava perdido, muito deixado de lado nas gestões anteriores. (MAGALHÃES, 2013).

A diretora também recorda um movimento, voltado para o patrimônio, na área dos museus. De acordo com ela, os museus, a partir da década de 1970, se dirigem para questões sociais suscitadas pela Mesa de Santiago do Chile.

Os anos de 1970, apesar da ditadura aqui no Brasil, foi um momento de muita efervescência também das ideias, de uma ala da Igreja Católica também que já pensava diferente, pensava no social. Então, os museus, na América Latina, passam por uma mudança muito grande. Já que você está querendo abordar essa questão do patrimônio... A “Mesa de Santiago” do Chile, feita em 1972. Ali houve também um rompimento com essa questão do museu tratar só do seu acervo, voltado só para a questão de catalogar seu acervo. Há uma busca da problemática social também imposta aos museus. Então, tinha todo esse conjunto de ideias sobre essa Mesa de Santiago do Chile. Ela propôs uma nova museologia, que é o museu que dialoga também com o espaço social. Então, essa questão de patrimônio, também, na década de 1970, no âmbito dos museus, tem também todo esse caldeirão de novas ideias, que é o museu que dá conta de trabalhar com as questões, os desafios sociais de suas cidades, de seus espaços. (MAGALHÃES, 2013).

É interessante perceber que a questão do patrimônio ganha contornos, nessa época, que transbordam as fronteiras nacionais. Esse é um indício de que estaria havendo, naquele momento, em escala ampla, um efervescente movimento ligado às questões de patrimônio e de memória. Dentro de uma perspectiva local, acredito que a abertura política e o processo de redemocratização do país possam ser considerados fatores elementares na retomada do que a diretora chama de “história em nossas mãos”. Esse fato, por sua vez, reverbera não apenas na revitalização de espaços dedicados ao patrimônio e à memória em Belo Horizonte, mas, e principalmente, na criação de novos espaços destinados a estes fins. Não obstante, é inevitável ponderar que outros fatores corroboram para esse movimento, como é o caso do centenário da cidade e, em uma perspectiva mais dilatada, a Mesa de Santiago do Chile.

É intrigante perceber, pela experiência profissional expressa na narrativa construída, que a atual diretora do museu não se deu por satisfeita apenas com sua carreira como professora. O fato de ter conseguido entrar no mercado de trabalho, depois de alguns anos desempregada, não impediu que ela expandisse seus horizontes de atuação.

De acordo com ela, sua escolha em cursar História esteve meramente relacionada com uma questão de habilidade e afinidade com as Ciências Humanas. Entretanto, segundo a diretora, naquele momento, salvo raras exceções, os cursos desta área do conhecimento fatalmente levariam para o magistério. Assim, ao ser questionada sobre o rompimento desta estrutura de atuação, ela pontuou alguns fatores. “Então, eu acho que foi esse gosto meu, pelo estudo, pelo desafio, a curiosidade, que certamente me incentivou. Porque eu poderia

ter achado aí uma barreira e falado: não. Eu não sei nada, vou parar por aqui.” (MAGALHÃES, 2013). Ela também mencionou seu interesse por ter outro papel na sociedade.

Então, acredito eu, que esse sonho de construção, do papel de uma pessoa melhor por trás de tudo isso. Você vai fazendo tanta coisa na vida, mas uma utopia de você ser uma pessoa melhor profissionalmente, de você ser também ser uma pessoa melhor. Essas coisas ficam muito misturadas na vida da gente. O papel e aquilo que você é, as coisas se misturam muito. Então, eu acho que foi essa vontade mesmo de estudar, de avançar, de construir (MAGALHÃES, 2013).

Com o cuidado de não desmerecer o magistério, que, aliás, ela exerceu durante praticamente toda a sua vida profissional, a diretora menciona também sua realização com o trabalho em pesquisa histórica.

Eu gostei tanto do trabalho, eu fiquei tão encantada, muito foi esse encantamento também, com o trabalho, com a pesquisa histórica que eu nunca tinha feito. Esse universo todo mesmo, de trabalhar com documentação. Eu me realizei muito nesse tipo de trabalho. [...]. Mas eu nem sei te dizer muito, assim, eu creio que foi isso mesmo, foi tão prazerosa a descoberta da pesquisa histórica, foi tão prazeroso esse mergulho no passado, o que é um historiador, o que é a pesquisa histórica, eu gostei demais desse trabalho e tenho aqui a impressão de que poder continuar pensando no passado também como historiadora, isso me arrebatou. [...]. Pensando agora com você, certamente eu me vi mais inteira, muito provavelmente eu me encontrei mesmo nessa profissão e me senti com capacidade para trabalhar. (MAGALHÃES, 2013).

Os trechos “[...] eu nem sei te dizer muito [...]” e “pensando agora com você [...]”, da transcrição acima, podem ser interpretados da seguinte maneira: o lugar do pesquisador na construção da trajetória. As interjeições colocadas por mim levaram a diretora a acrescentar à sua trajetória elementos que, em princípio, não seriam contemplados por ela mesma. Mais um indício do caráter construtivo da trajetória. Como mencionado anteriormente, o direcionamento pode determinar a constituição da experiência que se constrói por meio da narrativa.

A diretora também se referiu às dificuldades pelas quais passou para conciliar dois trabalhos paralelamente. E ainda promoveu uma pertinente reflexão sobre o próprio ato de construir uma narrativa sobre sua trajetória de vida.

Foi uma luta grande mesmo e continua sendo. Porque, na verdade, quando a gente conta a história da gente, você vê ali uma trajetória. Mas isso faz parte do meu cotidiano. Todo dia é assim. Todo dia eu levanto, todo dia eu vejo o que eu vou ler, estudar, o que eu vou preparar, o que eu vou realizar.

Então, é um cotidiano também meu. Eu nem me vejo assim, como você está vendo: você se deixou ali e chegou aqui. Eu, por exemplo, aqui agora como gestora do museu. É um desafio, é uma preocupação, eu sou muito preocupada de fazer a coisa minimamente correta, minimamente certa. (MAGALHÃES, 2013).

No excerto acima, é possível analisar, pelo menos, dois trechos significativos metodologicamente. Quando a diretora diz “[...] na verdade, quando a gente conta a história da gente, você vê ali uma trajetória. Mas isso faz parte do meu cotidiano”, ela está relativizando exatamente a suposta característica incontestável da narrativa, como se a existência tivesse um sentido único ao tomar como certo a coerência de uma trajetória. Assim, a própria entrevistada reconhece que ao relatar sua experiência, ela está construindo uma realidade com estrutura de ficção. Sua trajetória “coesa” não passa de um cotidiano corriqueiro. Por outro lado, ao dizer “Eu nem me vejo assim, como você está vendo [...]”, a diretora deixa claro o embate intersubjetivo do jogo entre pesquisador e entrevistado. Ela deduz a maneira como é vista. Nesse momento ela deixou claro, mas pode-se ponderar que é exatamente essa dedução, não comunicada, que, muitas vezes, determina a narrativa do que se relata. Como se o entrevistado narrasse aquilo que ele pensa atender às expectativas do pesquisador, com base nas expectativas que ele tem sobre o último. Mais uma vez é possível apreender a trajetória enquanto uma narrativa que se constrói por meio do embate de expectativas intersubjetivas.

O fato de ter que trabalhar para conquistar o seu lugar também é colocado por ela como fator importante na construção de sua trajetória profissional na área de pesquisa histórica. Mas, para, além disso, está, de acordo com ela, a importância na crença naquilo que se faz. “Eu acredito no que eu faço, eu acredito que a história, a memória, o patrimônio, têm muito a contribuir para a sociedade. [...] você tem que acreditar. Como você acredita? Você acredita trabalhando. Não é uma ideia que está na sua cabeça. É algo que você tem que agir em cima”. (MAGALHÃES, 2013).

Aquilo que eu te disse, é o cotidiano. Todo dia você acorda, “todo dia ela faz tudo sempre igual”, e acorda às 6h da manhã. É essa a crença, é essa construção mesmo. Pegando o grande poeta que me ajudou a construir minha vida, que é o Chico Buarque, você vai construir a sua vida tijolo por tijolo. E é isso o que a gente tem que fazer. Você está novo, você está começando, é tijolo por tijolo. E vai em frente, acredita. O que está lá na frente é só consequência. Porque é o seu presente, não é o futuro (MAGALHÃES, 2013).

Outra reflexão bastante significativa, realizada pela diretora, diz respeito à sua percepção sobre o conceito de sucesso em sua trajetória de vida. O fato de atualmente

estar na diretoria do museu não é visto por ela como o ápice da sua carreira. Mas como mais um desafio e responsabilidade em seu percurso, que longe de se configurar como um fim, se constitui em um processo que se faz ainda em construção. É interessante ainda perceber que, para ela, essa construção não diz respeito apenas à sua trajetória, mas a ela mesma. “Eu acho que na verdade, a gente nunca está pronto”. (MAGALHÃES, 2013). Mais uma vez, a diretora endossa a sua percepção de que sua trajetória, ainda que pareça fechada, coerente e progressiva, porque constructo, não equivale integralmente à sua experiência, uma vez que é uma interpretação. É exatamente esta atenção que se deve ter em mente ao fazer uma análise de determinada realidade social por meio da trajetória de vida enquanto instrumento de pesquisa.

Eu acho que isso tudo é uma grande responsabilidade. No meu modo de enxergar a vida, eu não vejo isso como um sucesso. Não acredito muito nisso, eu sou um pouco descrente dessas coisas. Eu acho que é uma luta, eu acho que é uma batalha, que isso é um desafio. Não que eu não fique muito grata à vida, eu sou grata sim, e vejo isso também, mas eu não gosto muito dessa palavra sucesso. Eu vejo mais como um desafio que é colocado em minha vida [...]. (MAGALHÃES, 2013).

Apesar de acreditar que é importante a presença de alguém que organize um trabalho de equipe, para ela, é preciso pensar coletivamente.

Eu acho que se o museu existe, por exemplo, é muito do trabalho silencioso daqueles que passaram por aqui. É muito o dia a dia, de pessoas que varrem o jardim, que pega o documento e o coloca na ordem, quem atende uma escola. Eu acho que é o todo. Não é uma pessoa. (MAGALHÃES, 2013).

A constante impermanência e transitoriedade da vida também são pontuadas pela diretora, o que reafirma a necessidade de interpretação sobre a trajetória de vida como algo em constante construção. E, mais do que isso, ela problematiza a percepção desta construção narrativa como algo progressivo, fechado e coerente. “Acho que eu estou aqui hoje, daqui a pouco vai ser outra pessoa.” (MAGALHÃES, 2013). A diretora ainda avalia sua trajetória de vida ao constatar que ela é, além de um cotidiano ordinário, feita também de acasos e de encontros. Nesse caso, ela analisa o seu reencontro com a primeira professora mencionada como um evento que redirecionou, de maneira significativa, sua trajetória profissional.

O resto é consequência. É trabalhar. [...] é no dia a dia mesmo. Não aconteceu nada. A menos do meu encontro, sim, com a [professora]. Tenho muita consciência disso. Foi meu encontro com a [professora], com os

arquivos, com os documentos, que poderia... eu nunca tinha pensado nisso. Eu poderia ter dito: “mexer com isso não. Vou largar isso tudo. Vai me dar um trabalho danado”. Mas eu gostei. Tive sorte de ter gostado. (MAGALHÃES, 2013).

Por fim, a diretora faz uma ponderação com relação ao fato de se fazer o que se gosta, de a profissão se tornar algo visceral. Mais do que sorte, para ela, é algo que se constrói também.

A vida é riquíssima. Só que você tem que ter a sorte daquilo ali bater com você, com a sua alma, com seus desejos. É uma sorte você conseguir captar isso. Mas só que você não capta isso num estalo de dedos. Você constrói isso. Isso é uma construção. Tudo na vida é uma construção. Não tem nenhuma varinha de condão, que deu um clique. Que olhando para trás agora a gente fica querendo achar isso aí. Não houve isso. Foi um encontro feliz que se construiu. Tudo na vida é uma construção. Não existe isso, para quem quer construir a vida. E você dar valor nas coisas que você conquistou, só se você construir. Eu penso assim (MAGALHÃES, 2013).

Considerações finais

Todo sujeito constrói-se a si próprio, constrói sua época e, ao mesmo tempo, é construído por ela. “E essa construção é feita de acasos, de hesitações, de escolhas [...]” (MATTOS, 2004, p. 65). Nesse sentido, é interessante verificar que na trajetória de vida da atual diretora do museu, é possível pontuar o que o autor menciona acima. A escolha pessoal de uma profissão e o embate com alguns condicionamentos exteriores, como o desemprego e a relativa determinação de um percurso profissional: o magistério. Neste ponto, voltamos à discussão sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade. A diretora fez uma escolha, mas se viu, inicialmente, dependente da estrutura social na qual estava inserida (MATTOS, 2004). O que, por sua vez, não impediu que ela alargasse seus horizontes.

O acaso do reencontro com a professora, o que resultou em seu primeiro contato com o campo do patrimônio e da memória e a escolha em manter duas frentes de trabalho paralelamente. Aqui surge o acaso e, novamente, o indivíduo, com sua capacidade de optar por diferentes caminhos no decorrer de sua trajetória. Por fim, a conjunção entre um período histórico que favoreceu a efervescência e o surgimento de instituições ligadas aos processos de patrimonialização, em outras palavras, a contextualização histórica, e características pessoais como gosto pelo estudo, o interesse em ter outro papel na sociedade e a realização pessoal como bases para que ela se mantivesse também nesse

campo de atuação ou como consequência de sua necessidade de entrada e permanência no mercado de trabalho.

Recebido em: 24/11/2015

Aprovado em: 21/03/2016

NOTAS

¹ De comum acordo, decidiu-se por não identificar a diretora e, por consequência, o museu. Contudo, para referendar as transcrições da entrevista utilizou-se o nome fictício Laura Magalhães.

FONTES

MAGALHÃES, Laura: depoimento [fev. 2013]. Entrevistador: L. Ferreira. Belo Horizonte, 2013. Gravação digital. Entrevista concedida para a disciplina Etnografias e Trajetórias Urbanas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: *Razões práticas*. Campinas, Papiurus, 1996.

CONT, Valdeir Del. Trajetórias e biografias como métodos de pesquisa. In: KOFES, Suely. (Org.) Histórias de vida, biografias e trajetórias. *Cadernos do IFCH*, n. 31, 2004.

MARTINEZ, Fabiana Jordão. Experiência e (hiper) corporalidade entre modelos profissionais. In: KOFES, Suely (org.) Histórias de vida, biografias e trajetórias. *Cadernos do IFCH*, n. 31, 2004.

MATTOS, André Luis Lopes Borges de. Antropologia, Estado e o Exercício profissional do Antropólogo: Reflexões a partir da trajetória de Darcy Ribeiro. In: KOFES, Suely (Org.) Histórias de vida, biografias e trajetórias. *Cadernos do IFCH*, n. 31, 2004.

MENDES, Fabiana. Abordagem biográfica: Reflexões aplicadas a um projeto de pesquisa. In: KOFES, Suely (Org.) Histórias de vida, biografias e trajetórias. *Cadernos do IFCH*, n. 31, 2004.